

ASSENTAMENTO MOACYR WANDERLEI: UMA REALIDADE DA REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE SERGIPE

GOUVEIA, Ester da Silva
estergouveia73@hotmail.com

NASCIMENTO, Priscilla de Andrade
priscilla.aju@hotmail.com

SANTOS, Mayara de Oliveira
mayara_santus@hotmail.com

RODRIGUES, Auro de Jesus, (Orientador)
Graduado em Geografia, Mestre em Geografia, Prof. do Curso de Geografia:
Licenciatura Plena da Universidade Tiradentes – UNIT.
aurorodrigues@ibest.com.br

RESUMO

Durante toda a história do Brasil, os camponeses foram mantidos a margem do poder, por meio da violência, devido à estrutura fundiária que se formou com o surgimento das sesmarias e capitâneas hereditárias, resultando na concentração de terras e criando-se assim a grande propriedade fundiária, com uma agricultura voltada para a exportação. A partir deste contexto histórico o presente artigo tem como objetivo principal analisar a realidade sócio-econômica e espacial do assentamento Moacyr Wanderley, localizado no Município de Nossa Senhora do Socorro, em Sergipe, descrevendo o processo de formação de um assentamento rural através da luta do Movimento dos Sem Terra.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura. Reforma agrária. Assentamento Moacyr Wanderley. Nossa Senhora do Socorro. Sergipe.

1 INTRODUÇÃO

É comum considerar a reforma agrária como um processo de mudança do estado agrário em vigor e tem por objetivo reorganizar o espaço rural com o sistema de divisão de terras, através da intervenção governamental. No Brasil a reforma agrária ocorre de maneira lenta e pouco eficaz, como os próprios meios de comunicações revelam, devido à formação da estrutura fundiária do país. Por isso para entender a falta de medidas mais estratégicas para resolver o problema do campo é preciso retomar a história da concentração fundiária no Brasil.

Segundo Szmrecsányi (1998, p. 11-12), a estrutura fundiária se formou pelo feudalismo agrário europeu que influenciou o surgimento das sesmarias e capitanias hereditárias na colonização brasileira resultando em um caráter de concentração de terra. Como foi uma colonização extrativista de mercadorias os colonos extraíram o que encontraram de recursos naturais através do trabalho servil primeiro dos índios e em seguida dos escravos africanos. Criou-se assim a grande propriedade fundiária e uma agricultura voltada a um cultivo, ou seja, a monocultura de exportação. Foi essa a formação do Brasil Colonial.

Em 1850 o governo brasileiro instituiu a Lei de Terras - o Estatuto da Terra, onde imensas áreas de terras eram vendidas com pagamento em espécie que só os grandes proprietários tinham meios de realizar a transação comercial subordinando o restante da população aos seus interesses, transformando-se em grandes proprietários latifundiários.

A base da economia no Brasil era primário-exportadora onde o café junto com o açúcar e o algodão ocupava lugar de destaque. O café foi uma importante cultura para que a economia do país não se estagnasse nas primeiras décadas do século XIX. Foi a partir da introdução do café que se instalou um novo tipo de empresário, empreendedor capitalista com o

trabalho escravo. No entanto o café não exigia muito investimento, pois o maior dele era a mão-de-obra: os escravos. O escravo era renda capitalizada, ou seja, seu preço nada mais era do que o lucro que se pretendia extrair dele. Assim, na economia colonial, sob o comando da circulação, o próprio escravo era mercadoria (OLIVEIRA, 1987, p. 36).

Com o fim da escravidão no ano de 1888 e a vinda dos imigrantes ao país a situação do campo piorou, pois se formou uma grande massa de gente despossuída de meios de subsistência. Mesmo os imigrantes – trabalhadores livres, que ficaram no lugar dos escravos apenas com algumas vantagens, eram apenas portadores da força de trabalho sem o domínio dos meios de produção e posse da terra. Estes, insatisfeitos com o modo de vida quase escravocrata deram início, junto com os escravos libertos, a luta pela terra. Parte daí, ao que é hoje, a luta pela reforma agrária.

Os camponeses sempre enfrentaram o latifúndio e se opuseram ao Estado representante da classe dominante. Assim, a resistência camponesa manifesta-se em diversas ações que sustentam formas distintas e se modificam em seu movimento histórico.

Durante toda a história do Brasil, os camponeses, bem como todos os trabalhadores, foram mantidos a margem do poder, por meio da violência. Em meados da década de 60 até o final da década de 70, as lutas camponesas eclodiam por todo o território nacional, os conflitos fundiários triplicaram e o governo, ainda na perspectiva de controlar a questão agrária determinou a militarização do problema da terra. Tentaram restringir o avanço do movimento camponês, sem sucesso, nascendo o mais amplo movimento camponês da história do Brasil: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST em 1985. Construiu o seu espaço político, garantindo a sua autonomia, uma das diferenças com os outros movimentos camponeses que o precederam. O MST tornou-se um movimento nacional pela terra, resgatando a cidadania na realização da reforma agrária e no esforço de construção de um outro modelo de

desenvolvimento da agricultura brasileira. Desde a sua gênese, vem construindo o seu espaço político, onde nascem diferentes experiências de organização sócio-política e econômica. (FERNANDES, 1996).

Também,

[...] o MST tornou-se um movimento nacional de luta pela terra, resgatando a cidadania na realização da reforma agrária e no esforço de construção de um outro modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira. Desde sua gênese, vem construindo o seu espaço político, onde nascem diferentes experiências de organização sócio-política e econômica, gerando saberes e esperanças num refazer-se infinito. (STEDILLE, 1994, p. 123).

E é justamente sobre os assentamentos rurais, grande conquista do MST, que a presente pesquisa se justifica. Assentamentos rurais podem ser definidos como unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra com a disponibilidade de condições e incentivo a organização social e a vida comunitária (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 7).

Diante do que foi exposto, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a realidade sócio-econômica-espacial do assentamento Moacyr Wanderlei, no município de Nossa Senhora do Socorro-SE.

Já os objetivos específicos pretendem: a) explicar a questão agrária no contexto brasileiro e sergipano; b) explicar a questão dos assentamentos rurais; c) explicar o processo de formação do assentamento Moacyr Wanderlei; d) descrever sobre a assistência técnica, insumos e as técnicas agrícolas utilizadas no assentamento; e) descrever o processo de comercialização da produção; f) verificar se a produção agrícola contribui para a sobrevivência da família; g) verificar como se dá o acesso ao crédito rural; h) caracterizar a infra-estrutura do assentamento; i) identificar os principais cultivos e criação animal.

A escolha deste tema se justifica pela compreensão em pleno século XXI, da existência da luta pela terra e pela reforma agrária. Diante da grande repercussão da problemática que ocorre no cenário nacional, em debates e em conflitos sociais, se faz necessário dar ênfase ainda maior no mundo acadêmico a fim de encontrar soluções cabíveis para um problema que atinge toda uma sociedade.

No presente artigo os procedimentos metodológicos realizados foram baseados em pesquisa bibliográfica em livros, revistas, jornais e *internet*, e documentos do INCRA. Em seguida, foi realizada visita *in loco*, registros fotográficos, entrevista e aplicação de questionários com vinte agricultores assentados. Sendo o resultado da coleta de dados registrado em forma de texto e tabelas. Constitui-se numa pesquisa descritiva.

2 A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Sabe-se que no contexto histórico a luta pela terra tem gerado inúmeros conflitos no Brasil e por isso a necessidade de uma reforma agrária justa e igualitária, e também uma distribuição de terras aos desfavorecidos. Segundo o presidente do INCRA Rolf Hackbart, o Brasil é sabidamente um dos países com a pior distribuição fundiária do mundo, apesar de ser um país com 850 milhões de hectares em que quase metade dessas terras está nas mãos de 1% da população. Mesmo com a atual reforma agrária visando à distribuição de terras à camada mais pobre da população, não resolverá o problema, pois é necessária além de terras, uma melhor

distribuição de renda no campo e a expansão na produção agrícola para que possam ser integrados ao sistema econômico (INCRA, 2006).

A história visando uma nova roupagem rural é extensa e antiga. No Brasil a iniciativa de reforma agrária ganhou corpo no pós-guerra. Na Constituição de 1946 apareceu a primeira referência: “A lei poderá promover a justa distribuição da propriedade com igual oportunidade para todos”. Getúlio Vargas, em 1950, chegou a criar uma comissão que elaborou um documento intitulado “Diretrizes para a Reforma Agrária no Brasil” (BARRETTO, 2003, p. 19).

Em 1960 Jânio Quadros vence as eleições com a promessa de realização de grande mudança na agricultura. Nos primeiros dias de governo entrou na agenda governamental a questão das desapropriações por interesse social, visando, eliminar o latifúndio e condicionar a posse da terra e a monocultura ao interesse social (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 17). Com a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, sete meses após a sua posse, o país mergulhou numa crise institucional, enquanto o vice-presidente João Goulart, incentivava a aliança entre camponeses e trabalhadores urbanos para a realização de uma ampla reforma agrária. Sendo assim, foi no seu governo que o tema reforma agrária se transformou em um debate nacional. João Goulart defendia a desapropriação de terras localizadas nas margens de rodovias e açudes públicos federais com o propósito de reforma agrária (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 17-18).

Na década dos anos 60, é que as políticas fundiárias iriam configurar como uma resposta às pressões dos movimentos sociais no campo que exigia a extinção do latifúndio existente desde a época da colonização do Brasil e a melhoria nas condições de vida no campo. Alastrava-se pelo país uma agitação agrária, mas quase toda feita na cidade. Imprensa, rádio e TV ocupavam-se do problema. O assunto se tornou corrente nas tribunas, nos meios políticos, nas universidades e também nas sacristias. Grupos organizados procuravam criar um clima

incendiário, no intuito de derrubar as instituições. No auge da agitação agrária, camponeses marcharam pelas ruas de Recife, em apoio a Fidel Castro. Líderes exaltados das Ligas Camponesas pregaram às massas as “reformas de base” na lei ou na marra, enquanto o tablóide católico-progressista “Brasil Urgente”, publicava textos incendiários contra os proprietários (BARRETTO, 2003, p. 21).

Segundo Barretto (2003, p. 23) várias vertentes do movimento sindical agrário se reúnem num congresso unitário em Belo Horizonte. Na declaração firmada então, a Reforma Agrária merece o primeiro plano. Dizia o documento: “a Reforma Agrária não poderá ter êxito se não partir da ruptura imediata e da mais completa liquidação do monopólio da terra exercido pelas forças retrógradas do latifúndio” (VEIGA, 1981, p. 74). Barretto afirma ainda que o ano de 1964 se inicia com grandes embates no meio católico entre conservadores e progressistas. As forças conservadoras se desmobilizam. Neste mesmo ano, Goulart decretou a desapropriação de áreas improdutivas, mas em duas semanas foi deposto pelos militares (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 18).

Foi nesse ambiente de atonia, que em novembro de 1964 o Congresso aprovou às pressas, em 22 dias de debates, a Emenda Constitucional nº 10 (que previa a desapropriação com indenização através de títulos da dívida pública) e o Estatuto da Terra, ambos enviados pelo presidente Castello Branco, no regime militar que se instalou no Brasil. Criaram também o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e o INDA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). A partir de 1970, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi criado com o objetivo de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União.

Continuando, os sucessivos governos militares, embora dispusessem do instrumento legal para executar a reforma, não a levaram adiante. Realizaram um trabalho de colonização e

regularização fundiária, chegando a distribuir um milhão de títulos de propriedade e transferindo cerca de 30 milhões de hectares de terras públicas a particulares (BARRETTO, 2003, p. 25).

Na transição do regime militar para o democrático, na primeira metade dos anos 80, a reforma agrária foi apresentada como um ponto de honra para o avanço da cidadania. Candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves voltou a falar em reforma agrária. Isto significa que utilizaria a desapropriação por interesse social. Sendo eleito não chegou a tomar posse, em decorrência de sua morte, então o vice-presidente José Sarney reafirmou tal compromisso e encarregou o INCRA de elaborar uma “proposta” inicial de reforma agrária, fundamentada no Estatuto da Terra, a partir da qual a sociedade civil teceria seus comentários e contribuições. A meta de destinar milhões de hectares a reforma agrária entre 1985 e 1989 teve grande repercussão provocando ira dos conservadores. Os ruralistas conseguiram impor diversos recuos na programação do governo, juntamente com a falta de vontade política dos poderes legislativo e judiciário tendo uma completa modificação na concepção de reforma agrária do governo Sarney. O resultado é que apenas 5,85% do programa de assentamento foram concluídos durante o seu governo não conseguindo atingir seu objetivo inicial que era assentar 1,4 milhões de famílias (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 32-33).

O sucessor de Sarney, Fernando Collor de Mello, foi um pouco mais tímido em sua política de reforma agrária, porém bastante ousado para realizar uma reforma administrativa que retirou boa parte dos poucos recursos destinados ao INCRA. Durante os 31 meses que Fernando Collor de Mello governou atrasou ainda mais a reforma agrária dando continuidade ao tipo de política fundiária implementada durante a ditadura militar. Itamar Franco assumiu a presidência, depois de Fernando Collor ser deposto do cargo, e de forma semelhante nos seus 17 meses de governo, o montante e a natureza de suas realizações não permite distingui-lo de seus antecessores (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 33-34).

Barretto (2003, p. 30) referente ao governo de Fernando Henrique Cardoso mostra que seu mandato estabeleceu como prioridade o programa de Reforma Agrária. Isso apesar do pedido de 30.000 produtores rurais que fosse estudado o resultado dos assentamentos antes de começar um programa de tal magnitude. O interessante é que o próprio FHC já previa o fracasso dos assentamentos, constatado isso numa surpreendente declaração:

[...] Nem havia legiões de camponeses prontos para fazer a reforma agrária na marra, nem abundância de terras para localizá-los, nem muito menos política agrária, competência técnica e recursos para evitar que os assentamentos se tornassem campos de concentração da miséria. (apud GRAZIANO, 1991, p. 11).

Infelizmente nota-se a permanência da lógica dos governos anteriores, que somente efetivaram programas de reforma agrária após intensa reivindicação dos movimentos sociais, através de ocupações ou pelo número de mortos em conflitos pela posse da terra. Mesmo que o presidente Fernando Henrique Cardoso executasse integralmente seu programa da reforma agrária, ainda assim deixa a seu sucessor a importante tarefa de promover o acesso a terra para um número bem maior de famílias (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 35-36).

No arco partidário da Esquerda, apenas o Governo chefiado por Luiz Inácio Lula da Silva preocupa-se atualmente em elaborar uma proposta alternativa que inclua a reforma agrária na composição de um projeto. Devido à imposição constitucional e do Estatuto da Terra, ainda vigorando em parte, a reforma agrária precisa ser precedida de um plano aprovado pelo presidente da República. Foi criado o Plano Nacional de Reforma Agrária, que sua operacionalização, contempla um horizonte de quinze anos, correspondente a três mandatos presidenciais, para a total implantação da Reforma Agrária com a dimensão de 3,039 milhões de famílias. Os dados disponíveis mostram que mesmo com as limitações impostas pela Nova Constituição existe terra aproveitável não explorada em área suficiente para redistribuir as famílias. É preciso destacar ainda que as desapropriações necessárias atingiriam apenas 121.000

proprietários de imóveis rurais do país, ou seja, menos de 3% do total (STÉDILE, 1994, p. 184-186).

Segundo o presidente do INCRA, Rolf Hackbart, para quem defende unicamente a monocultura de exportação e a conseqüente concentração de renda e de riqueza para alguns brasileiros, apostando no contínuo aumento da renda agrícola destes setores; para aqueles que querem destinar mais de 100 milhões de hectares de terras agricultáveis disponíveis para grandes grupos econômicos como as transnacionais e se conformam com o caos dos conglomerados urbanos, para este, realmente a reforma agrária é coisa do passado (INCRA, 2006).

3 MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA

Fernandes (1996, p. 65-78) apresenta uma breve leitura da luta pela terra e da resistência camponesa nesses cinco séculos de história do Brasil. Para o autor a luta pela terra é uma ação desenvolvida pelos camponeses para entrar na terra e resistir contra a expropriação. A resistência do campesinato brasileiro é uma lição admirável. Em todos os períodos da história, os camponeses lutaram para entrar na terra. Lutaram contra o cativo, pela liberdade humana. Lutaram pela terra das mais diferentes formas, construindo organizações históricas.

Há 500 anos, desde a chegada do colonizador português, começaram as lutas contra o cativo, contra a exploração e conseqüentemente contra o cativo da terra, contra a expulsão, que marcam as lutas dos trabalhadores. Das lutas dos povos indígenas, dos escravos e dos trabalhadores livres e, desde o final do século passado, dos imigrantes, desenvolveram-se as lutas

camponesas pela terra. Lutas e guerras sem fim contra a expropriação produzida continuamente no desenvolvimento do capitalismo (FERNANDES, 1996, 65-78).

Na segunda metade do século XIX, para fazer avançar o sistema capitalista, no Brasil foi criada a propriedade da terra e em seguida os escravos tornaram-se trabalhadores livres. Quando escravos, os trabalhadores eram vendidos como mercadorias e como produtores de mercadorias. Como trabalhadores livres, vendiam sua força de trabalho ao ex-escravocrata, então fazendeiro - capitalista. Permanecera a separação entre os trabalhadores e os meios de produção. Com a constituição da propriedade da terra - Lei de 1850, mais de trinta anos antes do fim do sistema escravocrata, a terra tornara-se cativa. De modo que os escravos tornaram-se livres e sem-terra (FERNANDES, 1996, p. 65-78).

O trabalho livre expandiu-se com a chegada do imigrante europeu. Se por um lado o antigo escravo passou a ser dono de sua força de trabalho, o imigrante europeu, camponês expulso de sua terra, era livre somente por possuir a sua força de trabalho.

Fernandes (1996, p. 65-78) ainda fala que na luta contra o cerco da terra e da vida, surgiram várias formas de resistência. Lutar contra as cercas era lutar contra o coronelismo, porque os latifundiários foram senhores absolutos e dominavam a terra e a vida dos camponeses. Na Bahia, camponeses sem-terra terminaram uma longa peregrinação no arraial de Canudos. Era um movimento social messiânico que não se submetem à ordem coronelista e latifundiária. E por essa razão, foram declarados inimigos de guerra. E assim começou a guerra contra os camponeses.

A revolta contra o cerco e a submissão gerou novas formas de resistência. Nas primeiras décadas do século XX, nas terras do Nordeste, onde a expulsão e a perseguição até a morte eram coisas comuns aos camponeses, surgiu uma forma de banditismo social que ficou

conhecida como cangaço. Tornar-se cangaceiro era decorrência da ação em defesa da própria dignidade e da vida de sua família.

O cangaço foi uma forma de organização de camponeses rebeldes que atacavam fazendas e vilas. Os grupos eram formados, principalmente, por camponeses em luta pela terra, expulsos de suas terras pelos coronéis. Os cangaceiros replicavam, vingando-se em uma ou mais pessoas da família do fazendeiro. Os diferentes grupos cangaceiros desenvolviam suas ações por meio de saques nas fazendas e nas casas comerciais. Essa forma de banditismo colocava em questão o próprio poder do coronelismo (FERNANDES, 1996, p. 65-78).

Segundo o autor, em todo o país, diversos conflitos e eventos foram testemunhos da organização camponesa no início da segunda metade do século XX. As lutas dos pequenos proprietários, dos arrendatários e dos posseiros para resistirem na terra, juntamente com as lutas dos trabalhadores assalariados e os congressos camponeses, desenvolveram o processo de organização política do campesinato. Crescia a luta pela reforma agrária e o Partido Comunista Brasileiro – PCB - e a Igreja Católica, entre outras instituições, disputaram esse espaço político, interessadas nesse processo.

As Ligas Camponesas surgiram, destaca o autor, por volta de 1945. Elas foram uma forma de organização política de camponeses que resistiram à expropriação e a expulsão da terra. Sua origem está associada à recusa ao assalariamento. Foram criadas em quase todos os estados brasileiros e tinham o apoio do PCB, do qual eram dependentes. Em 1947, o governo decretou a ilegalidade do Partido e com a repressão generalizada, as ligas foram violentamente reprimidas, muitas vezes pelos próprios fazendeiros e seus jagunços.

O ressurgimento das ligas só ocorreu em 1954, se organizando em outros Estados do Nordeste, bem como em outras regiões. Neste mesmo ano, o PCB criou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas - ULTAB, que se organizou em quase todo o território nacional. Com

essa forma de organização, o Partido pretendia realizar uma aliança camponesa operária. Em 1962, as ligas realizaram vários encontros e congressos, promovendo a criação de uma consciência nacional em favor da reforma agrária. A ação das ligas era definida na luta pela reforma agrária radical, para acabar com o monopólio de classe sobre a terra. Em suas ações, os camponeses resistiam na terra e passaram a realizar ocupações. O crescimento da luta pela terra dimensionava a questão agrária, colocando a reforma agrária na pauta política. Esse avanço foi acompanhado por disputas pela sua representação (FERNANDES, 1996, p. 65-78).

Durante toda a história do Brasil, os camponeses, bem como todos os trabalhadores, foram mantidos à margem do poder, por meio da violência. Nos grandes projetos nacionais não foram considerados. Ao contrário, foram julgados como obstáculos que precisavam ser removidos. No campo, o avanço do capitalismo fez aumentar a miséria, a acumulação e a concentração da riqueza. Esse processo transformou o meio rural com a mecanização e a industrialização, simultaneamente a modernização tecnológica de alguns setores da agricultura.

Assim o Brasil se transformara no paraíso dos latifundiários e os camponeses foram forçados à migração pelo território brasileiro e para o Paraguai.

Segundo Fernandes (1996, p. 65-78), em 1979, 110 famílias, ocuparam a gleba Macali, no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Essa ocupação inaugurou o processo de formação do MST. As terras da Macali eram remanescentes das lutas pela terra da década de sessenta, portanto, a luta pela conquista destas terras estava registrada na memória dos camponeses, que agora participavam de uma luta maior: a luta pela construção da democracia.

No início da década de oitenta, as experiências com ocupações de terra nos Estados do Sul e em São Paulo e Mato Grosso do Sul, reuniram os trabalhadores que iniciaram o processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. A construção do Movimento se

constituiu na interação com outras instituições, especialmente a Igreja Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra – CPT (FERNANDES, 1996, p. 65-78).

De 1979 a 1985, os trabalhadores sem-terra reuniram as principais lutas e fundaram o MST. Essas lutas foram realizadas no Centro-Sul e representaram o processo de formação do Movimento. Com a realização do primeiro congresso em 1985, abriram caminhos para a organização do Movimento, territorializando a luta pela terra. Os camponeses definiram a ocupação da terra como forma de resistência da luta camponesa.

O processo de territorialização do MST aconteceu por meio da construção do espaço de socialização política. Nas periferias das cidades, os sem-terra organizados realizaram levantamentos das realidades da luta pela terra nos municípios. Com o apoio da Igreja Católica, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e de Partidos Políticos, reuniram as famílias para refletirem sobre suas vidas e as perspectivas de vida e trabalho. Formam organizações locais, analisaram as conjunturas políticas por meio da construção de conhecimentos e tomaram decisões para transformar os seus destinos. Esses trabalhos foram feitos pelos próprios sem-terra, que têm na experiência de vida, a história da luta. Dessa forma, dimensionam os espaços de socialização política e os transformam em espaços de luta e resistência. Os espaços de luta e resistência são materializados na ocupação da terra. A ocupação é condição da territorialização. A terra conquistada é uma fração do território, onde os sem-terra se organizam para promoverem um novo grupo de famílias que irá realizar uma nova ocupação, conquistando outra fração do território. Assim, a luta se renova e se amplia territorializando-se. Dessa forma, os sem-terra migram por todo o território nacional, plantando as raízes da luta e minando a concentrada estrutura fundiária (FERNANDES, 1996, p. 65-78).

Os sem-terra se voltaram, também, para outra dimensão organizativa, investindo no desenvolvimento do Sistema Cooperativista dos Assentados, criando cooperativas locais e

regionais. Desse modo, o MST fundou a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil - CONCRAB. Esse fortalecimento da luta promove a territorialização do Movimento em todo o país.

Desde 1994, com o aumento da intensidade do problema fundiário, surgiram novos movimentos sociais na luta pela terra. Alguns como dissensão do MST, outros formados a partir de suas próprias lutas.

Em 1997, o MST realizou a Marcha Nacional por Terra, Emprego e Justiça. A caminhada durou dois meses e na chegada em Brasília, com mais de 30 mil pessoas, tornou-se o principal assunto, chamando a atenção e ganhando a admiração do Brasil e do mundo.

Durante séculos, os movimentos camponeses tentaram romper com a estrutura de concentração de terra no Brasil, através da luta pela terra. Entretanto, todas as lutas ainda não foram suficientes para uma mudança eminente. Pela sua perenidade, a questão agrária nutre-se de conflitos, assumindo diferentes feições sem modificar sua essência. Mesmo a multiplicação das ocupações, o crescimento da luta pela terra na territorialização do MST e a implantação de milhares de assentamentos não foram suficientes para causar importantes mudanças na estrutura fundiária. A luta pela reforma agrária passa a ser uma das principais políticas do século XXI. E não é uma luta do passado. É uma luta do presente e do futuro, por construir (FERNANDES, 1996, p. 65-78).

3.1 O MST no Estado de Sergipe

A ocorrência de lutas pela terra no Brasil, tem se intensificado nas últimas duas décadas. Tendo à frente organizações e movimentos sociais, as ocupações se espraiam por todo o território brasileiro, desde as áreas de expansão de fronteira agrícola até regiões populosas e industrializadas. Quase sempre, os conflitos de terra têm como principal característica a violência praticada pelos latifundiários e seus jagunços contra os ocupantes, com o beneplácito, conivência ou omissão da Justiça e do Estado.

Não se pode falar em movimentos sociais no campo em Sergipe, no período contemporâneo, sem que se coloque num plano de destaque a Igreja Católica, como a principal indutora e/ou apoiadora da criação de entidades de representação sindical rural e dos movimentos de organização de trabalhadores rurais.

Desde a sua primeira intervenção, em 1976/79, na luta dos “meeiros” de arroz expulsos das terras que ocupavam as margens do rio São Francisco para dar lugar à implantação do projeto de irrigação Betume, desdobrando-se posteriormente no combate aos projetos Cotinguiba-Pindoba (1981/83) e Propriá (1986), todos da CODEVASF, e no apoio ostensivo aos posseiros de Santana dos Frades (1982), a Diocese de Propriá foi o divisor de águas entre uma situação historicamente caracterizada pela resignação e pela acomodação dos pobres do campo à exploração das oligarquias rurais e um novo horizonte que surgia, colocando-os na cena política como atores sociais importantes e sujeitos de direitos (LOPES, 2007).

Mediadora respeitada – e temida – pelas autoridades públicas estaduais e federais e pelos latifundiários de Sergipe, que não raro procuravam desqualificá-la, a Diocese continuou,

mesmo com o advento da redemocratização do Brasil, em 1986, a ter um papel fundamental na mobilização e organização dos trabalhadores rurais de Sergipe na luta pela conquista da terra.

Entretanto, com a morte de Dom José Brandão, arcebispo da Diocese e ferrenho defensor das lutas dos trabalhadores rurais, a linha de atuação da Diocese de Propriá sofreu uma profunda modificação, passando da ação mais combativa e direta no apoio às lutas dos trabalhadores rurais a uma postura mais conservadora.

A FETASE - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe não se preocupou em reivindicar medidas de alteração na política agrícola e solicitar ajuda do governo estadual na concessão de crédito, sementes e outros insumos para os pequenos produtores rurais do estado que já dispõem de terra, e não conseguem mobilizar seus associados para a luta política, quiçá para a ocupação de terras. Nesse quadro, assume solitariamente a luta pela reforma agrária no estado, o MST (LOPES, 2007).

Embora presente nas lutas desde 1985, a sua importância como ator social e político em Sergipe se dá a partir das primeiras ocupações que organiza em 1987, e o reconhecimento de seu papel como o principal – senão o único – interlocutor credenciado dos trabalhadores rurais sem-terra sergipanos só vem de fato a se consolidar em 1990. É ele que não apenas sustenta e procura dar maior visibilidade à luta pela terra no estado, exercendo pressões sobre o INCRA e o governo estadual, como também busca estabelecer uma aproximação com a academia visando ao apoio à implantação de projetos nas áreas de educação e saúde (LOPES, 2007).

Até 1988, as áreas de atuação dos movimentos sociais no campo sergipano eram bem definidas: os municípios do sertão e do Baixo São Francisco estavam sob a influência direta da Diocese de Propriá, e o norte do estado e a região sul, sob a orientação da FETASE. Nessa época, o MST estava começando a criar uma base entre os trabalhadores rurais sergipanos, para daí em

diante passar a atuar de forma autônoma como condutor dos processos de mobilização e organização de trabalhadores nas ocupações de terras.

No início, o MST tentou encaminhar algumas lutas junto com a Diocese de Própria, porém, pouco a pouco, dela foi se afastando em virtude de divergências políticas e desentendimentos quanto às estratégias de luta pela terra, culminando com o rompimento total durante a ocupação da fazenda Monte Santo, em Gararu. Daí em diante, o MST assumiu a liderança das ocupações de terras no estado, num primeiro momento atuando em regiões onde o movimento sindical estava vinculado à FETASE, cujo comportamento em relação à reforma agrária jamais passou de tímidas reivindicações ao INCRA, posicionando-se, inclusive, várias vezes contrária às ocupações de terra. Procurando evitar que suas relações com a Diocese de Própria piorassem, o MST optou por avançar sobre as regiões sul e norte do estado, realizando todo um trabalho de convencimento e arregimentação de trabalhadores rurais para realizarem novas ocupações, ampliando consideravelmente as ações de luta pela terra em Sergipe (LOPES, 2007).

Por outro lado, a FETASE só passa a participar de ocupações de terras a partir de 1995, muito mais como forma de marcar posição no cenário das lutas no campo e, assim mesmo, obedecendo a uma orientação nacional da CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, de não deixar o MST como o único movimento de representação nacional na luta pela reforma agrária. Até porque as ocupações que a FETASE comandou em Sergipe têm uma marca curiosa: a de “prestar contas”, antecipadamente, do que pretende realizar, no caso, a ocupação, ao INCRA, abdicando de sua independência e autonomia frente ao governo, dada a sua condição de entidade de representação dos trabalhadores rurais, ao contrário do que faz o MST (LOPES, 2007).

Atualmente, o MST vem atuando em todas as regiões do estado, inclusive naquelas onde por quase duas décadas a igreja progressista de Propriá reinou soberana, através de cinco Coordenações Regionais: Metropolitana, Sertão, Sul, Norte e Centro-Sul.

No curso de 10 anos, o MST transformou-se na mais importante entidade de representação dos trabalhadores rurais existente no estado. Além dele, continuam presentes no meio rural a Diocese de Propriá, a FETASE, o MST, o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) e o MLC (Movimento de Luta Camponesa), dissidência do MST no estado e detentor de pouca expressão política.

Outras entidades de assessoria aos trabalhadores do campo, como o Centro Dom José Brandão de Castro, também têm tido uma atuação importante, seja no processo de mobilização e organização dos camponeses e sem-terra, seja como mediadores entre eles e o Estado.

4 ASSENTAMENTOS RURAIS

Os assentamentos rurais no Brasil surgiram através das lutas por terras dos trabalhadores que assumiram a identidade de “sem terra”. A expressão de assentamento rural nomeia uma extensa gama de ações governamentais envolvendo a atribuição de terras a trabalhadores. Essas terras foram obtidas por diferentes mecanismos: desapropriação por interesse social compra ou mesmo utilização de terras públicas (MEDEIROS, 2003, p. 77).

A implementação dos assentamentos é um tipo de política pública que no caso brasileiro está vinculada a uma tentativa de controlar e atenuar a violência dos conflitos sociais

no campo, que ganharam uma grande dimensão a partir do surgimento das Ligas Camponesas. Através da implantação dos assentamentos cria-se um *locus* para o exercício do controle e também de disputas.

Os conflitos no campo possuíram uma grande diversidade de parceiros e atores envolvidos em uma grande diversidade de conflitos, que Bergamasco e Norder (1996, p. 8-9) observaram ao estabelecer cinco tipos de assentamentos rurais: projetos de colonização formulados durante o regime militar, visando à ocupação de áreas devolutas e a expansão da fronteira agrícola; reassentamento de populações atingidas por barragens de usinas hidrelétricas; planos estaduais de valorização de terras públicas e de regularização possessória; programas de reforma agrária através da desapropriação por interesse social; e a criação de reservas extrativistas para seringueiros da região amazônica e outras atividades voltadas ao aproveitamento de recursos naturais renováveis.

A criação de assentamentos rurais envolve a concepção de como deve ser gerada a propriedade agrícola para os pequenos produtores rurais, projeto este que se relaciona com os diversos atores envolvidos e está vinculado a vários conflitos na luta pela terra ou pela permanência nela. Além das diversas instituições criadas em decorrência dessas lutas que se acirraram principalmente a partir dos anos 80 propiciados pelo cenário de abertura política e que contaram com o apoio de diversos setores da sociedade inclusive da Igreja Católica.

Os assentamentos rurais são descritos por Ferrante (2008) como "projetos públicos", "ações aparentemente não-políticas" efetuadas pelo Estado, responsável pela alocação das populações e pelo "traçado das rígidas regras de vocação agrícola e de produtividade", mas que representam interesses e relações de poder das classes envolvidas.

Nesse processo, programas de assentamentos idealizados pelo governo esvaziam o assentado de suas experiências anteriores e de suas aptidões, que não são considerados nem no

planejamento nem na execução das políticas, onde também desaparece o fato de que a maioria dos assentamentos é fruto de um processo de luta, e os diversos interesses continuam a se defrontar no interior dos assentamentos. Esse espaço de disputa indica que os resultados das políticas sociais não podem ser definidos de antemão, mas que se definem no decorrer do processo e dependem das relações de força e da capacidade de organização dos interesses em jogo.

O assentamento aparece como uma dádiva oferecida pelo governo a que os assentados não têm o que questionar, os assentados são pensados como agentes em mutação, numa concepção de mudança em que o comportamento dos assentados ou a construção desse é orientada, sofrendo alterações na sociabilidade e nas formas de organização políticas propiciadas através do associativismo e do cooperativismo. Entretanto esse processo não ocorre sem impasses e se faz presente na relação dos assentados com o poder local, ora recusando, ora aceitando as políticas a serem implantadas, o espaço social por sua vez é permanentemente reproduzido o que permite a adaptação, aceitação ou assimilação de forma diferente da que foi planejada pelo governo (FERRANTE, 2008) e (SILVA, 2001).

Ferrante (2008) e Bergamasco (1996) através de um estudo realizado em assentamentos rurais no estado de São Paulo concluíram que nos assentamentos onde as pessoas estavam unidas por laços de parentesco ou por experiências comuns vivenciadas anteriormente os índices de evasão eram quase nulos e possuía um melhor desempenho econômico (SILVA, 2001).

Além do mais os técnicos governamentais avaliam o sucesso ou fracasso dos assentamentos a partir de variáveis como geração de renda e desempenho econômico dos assentados, que considerados isoladamente são insuficientes para tal avaliação. Torna-se necessário incorporar outros fatores como autoconsumo, assalariamento e a valorização

patrimonial, além de confrontar tais índices no tempo, com o tipo de sociabilidade construída no assentamento, entre outros.

Segundo Bergamasco e Norder (1996, p. 56-57) a conquista da terra impõe aos assentados desafios, incertezas e expectativas da produção econômica. Para realizá-la, é necessário o (re) estabelecimento de relações com instituições públicas e privadas. Porém nem sempre o ambiente no qual os produtores se insere é adequado às suas necessidades, e sua precariedade pode impedi-los de obter avanços produtivos. A carência de meios de trabalho pode fazer com que os assentados entrem num sistema que dê continuidade a sua pobreza.

A condução da produção agrícola pressupõe a disponibilidade de certos recursos técnicos e financeiros que os assentados nem sempre possuem quando iniciam suas atividades na terra conquistada. A aquisição de tratores e equipamentos, fertilizantes, crédito, sementes, combustíveis e mesmo de alimentação até a primeira colheita pode se tornar impossível para uma família isolada. Surge daí a necessidade de procurar formas associadas e cooperativas para viabilizar o trabalho de cada um.

Boa parte dos assentados, seja qual for a organização do trabalho, destina entre 1 a 2% de sua produção ao MST, incentivando assim a mobilização dos demais trabalhadores rurais sem-terra. As associações facilitam o contato entre os assentados e as instituições públicas e privadas relacionadas à produção agropecuária, como bancos, agroindústrias, agências governamentais, centros consumidores, fornecedores de equipamentos e insumos etc. (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 58-60).

Segundo os autores a proposta cooperativista do MST tem demonstrado ser capaz de ampliar a capacidade produtiva e melhorar a qualidade de vida dos assentados. Por outro lado, tal sistema cooperativista precisa enfrentar diversos obstáculos, sobretudo de ordem organizacional. A divisão do trabalho e a especialização são tão necessárias quanto às formas democráticas de

tomada de decisões. A agilidade imposta pelo sistema de mercado pode, contudo, tornar conflituosa a relação entre a base social organizada nas assembleias gerais e o trabalho que é específico das “lideranças”.

É preciso reconhecer que formas mais simples de associação podem ser mais adequadas à trajetória vivenciada pelos grupos que optam pela organização apenas parcialmente coletiva. Entre os assentados existe ainda os que já dispõem previamente dos meios necessários à produção e que, em função disso, não consideram necessário o trabalho coletivo. Os autores ainda constatam que o trabalho familiar isolado não quer necessariamente dizer que ele esteja impermeável à solidariedade para com os demais e que no processo de organização interna dos assentamentos, os preceitos da liberdade individual, da democracia e da justiça ou estão completamente associados ou nenhum deles poderá realmente existir (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 63-34).

4.1 Assentamentos Rurais: Projetos e Programas

A Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, pertencente ao INCRA, é responsável pela elaboração de propostas, visando o desenvolvimento e recuperação dos projetos de reforma agrária que, normaliza, coordena, acompanha, monitora, avalia, autoriza entre outros, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável, a viabilidade econômica e a justiça social nos assentamentos, bem como a recuperação e consolidação dos projetos de reforma agrária.

Para isso, atua na implementação da infra-estrutura (água, saneamento, estradas); acompanhamento e concessão de créditos nas suas diversas modalidades. A Diretoria tem forte atuação junto às Superintendências Regionais e apóia a integração e as parcerias entre o INCRA, estados, municípios e entidades não-governamentais e coordena e supervisiona a execução das atividades das Superintendências Regionais relacionadas a sua área de atuação (INCRA, 2006).

São vários os projetos e programas onde se destacam o ATES (Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária) e tem como premissa aliar o saber tradicional dos assentados aos conhecimentos científicos dos técnicos.

Os serviços da ATES são um conjunto de técnicas e métodos constitutivos de um processo educativo, de natureza solidária, permanente, pública e gratuita, com ênfase nos enfoques da agroecologia, cooperação e economia popular e solidária. O programa atua com equipes de técnicos em ciências agrárias, sociais, ambientais e econômicas (INCRA, 2006).

O Crédito de Instalação permite o suporte inicial aos assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária nos Projetos de Assentamento criados ou reconhecidos pelo Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária (INCRA). O benefício deve garantir a segurança alimentar das famílias assentadas, pela compra de alimentos e aquisição de insumos agrícolas; a construção e recuperação de moradias; a segurança hídrica aos projetos localizados no semi-árido brasileiro, com a construção de pequenos sistemas de captação, armazenamento e distribuição de água; e a aplicação em bens de produção (sementes, mudas, matrizes animais, entre outros) para a geração de renda.

O Programa de Crédito Instalação atua com uma equipe multidisciplinar de técnicos nas Superintendências Regionais e Unidades Avançadas do Incra. A aplicação dos recursos é realizada com a participação das associações ou representantes dos assentados, orientadas pela Assessoria Técnica na escolha e no recebimento dos produtos. Estes são pagos diretamente ao

fornecedor – mercados locais, lojas de material de construção e de implementos agrícolas. O programa também faz parcerias com instituições financeiras governamentais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) (INCRA, 2006).

O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, criado em 2004, é uma ação fundamental para o desenvolvimento de estratégias de inclusão das trabalhadoras rurais. Por meio dele são emitidos gratuitamente: registro de nascimento, Cadastro de Pessoa Física (CPF), documento de identidade, carteira de trabalho, registro junto ao INSS e carteira de pescador. As beneficiárias também recebem orientações sobre direitos e políticas públicas e podem abrir contas bancárias. Para tirar os documentos, basta comparecer a uma das sedes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e procurar a Sala da Cidadania, ou participar dos mutirões de documentação que percorrem o Brasil (INCRA, 2006).

A inclusão da variável ambiental no âmbito das ações de criação e promoção do desenvolvimento sustentável dos projetos de assentamento da reforma agrária constitui-se em mudança significativa na forma de atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Os elementos orientadores desta política são o respeito às diversidades ambientais, à promoção da exploração racional e sustentável dos recursos naturais e a utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental dos assentamentos (cujos procedimentos definidos pela resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama - nº. 289/2001) visando ao desenvolvimento sustentável e à melhoria contínua na qualidade de vida dos assentados (INCRA, 2006).

O Governo Federal iniciou, em 2003, o desafio de acabar com a exclusão elétrica no Brasil, com a implantação do Programa Luz para Todos. Desde então, até março deste ano, 130 mil famílias assentadas da reforma agrária foram atendidas. O Luz para Todos é uma ação

integrada coordenada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) em que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) participam indicando quais assentamentos rurais têm prioridade para receber energia elétrica (INCRA, 2006).

O Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária (PAC) é fruto de um acordo firmado entre o governo brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O PAC busca consolidar e desenvolver os assentamentos para que sejam independentes e integrados ao segmento da agricultura familiar.

O programa acelera o processo de emancipação dos projetos de reforma agrária através da elaboração de Planos de Consolidação de Assentamento (PCA's), que proporcionam investimentos em infra-estrutura sócio-econômica, assessoria técnica e treinamento, promovendo a sustentabilidade econômica, social e ambiental (INCRA, 2006).

O Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária (Pacto) é uma parceria entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que atua como suporte às iniciativas dos projetos de assentamentos. O objetivo é oferecer alternativas econômicas sustentáveis, de modo a evitar o êxodo para as cidades. Sua atuação consiste em repassar a agricultores familiares e assentados da reforma agrária conhecimentos de ciência e tecnologia sobre temas diversos, como, saúde, educação e produção.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tem a missão de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados. Atua como instrumento de

democratização do conhecimento no campo, ao propor e apoiar projetos de educação que utilizam metodologias voltadas para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária.

Educação de jovens e adultos (EJA) – desenvolve-se por meio da alfabetização e continuidade dos estudos escolares nos ensinos fundamental e médio. Os projetos contêm três ações básicas: alfabetizar e escolarizar jovens e adultos nos dois segmentos do ensino fundamental; capacitar pedagogicamente e escolarizar educadores no ensino fundamental para que venham a atuar como agentes multiplicadores nas áreas de reforma agrária e formar e escolarizar os coordenadores locais para atuarem como agentes sociais multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias.

O programa Terra Sol, lançado em 2004 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), busca criar meios para o desenvolvimento sustentável e a qualificação da reforma agrária no Brasil ao apoiar organizações de agricultores assentados. A partir de convênios e parcerias, o Terra Sol estimula atividades de agroindustrialização e comercialização da produção, agroextrativismo, capacitação de técnicos e assentados, eventos que promovam a interligação solidária dos assentamentos, divulgação e venda dos produtos da reforma agrária, dentre outras (INCRA, 2006).

5 MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

De acordo com a última pesquisa, divulgada no final de 2007 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico - IBGE, o município de Nossa Senhora do Socorro hoje tem 148.325

mil habitantes. O município está inserido na micro-região do Vale do Cotinguiba (fig. 1) e sua extensão territorial é de 157,2 km², o que corresponde a 0,7% da área estadual e a 7,4% da região da Grande Aracaju. O município limita-se com as cidades de Aracaju, Laranjeiras, São Cristóvão e Santo Amaro das Brotas (fig. 2).

A sede possui uma população pequena, porém, a grande aglomeração urbana é encontrada na região do Complexo Taiçoca (conjuntos João Alves Filho, Fernando Collor, Taiçoca de Dentro e de Fora, Piabeta, Albano Franco, Marcos Freire I, II e III e Venúzia Franco), além dos conjuntos Jardim e Parque dos Faróis (a chamada Grande Socorro).

Referente à economia se destacam a pecuária, com os rebanhos de Bovinos, Suínos, Eqüinos, Ovinos, Galinhas, Galos, frangos e pintos; a pescaria é diversificada tanto nas águas dos rios como no mar, com destaque para carimãs, pescados, xeréus, bagres, robalos, traíras, arraias, carapebas e milongos. Atualmente a produção de camarão em viveiro tem se destacado e os principais produtos agrícolas são banana, coco-da-baía, manga, batata doce, cana-de-açúcar, mandioca e feijão.

No Distrito Industrial de Nossa Senhora do Socorro, localizado no Conjunto João Alves Filho, estão concentradas indústrias de alimentos, malharias, artefatos de cimento, renovadoras de pneus, fábricas de velas, de leite de coco, gesso, entre outros. Devido aos incentivos fiscais, a indústria tem crescido muito nos últimos anos. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE divulgou no final de 2004, estatísticas do cadastro central de empresas relativas ao ano de 2002 sendo que o município de Socorro foi o que mais atraiu empresas entre 1997 e 2002.

Nos seus aspectos físicos o município apresenta clima tropical quente e úmido, com um a três meses secos, além de moderado excesso de inverno caracterizado por um período de chuva entre os meses de março a agosto. A precipitação anual média é de 1.689,0 e temperatura

de 25,2C. A principal riqueza mineral é o sal-gema, considerado pelo seu teor de pureza, o único do Brasil. Nossa Senhora do Socorro é também grande produtor de calcário, argila, sal de potássio, magnésio e areia.

O município é banhado pelos rios do Sal, Cotinguiba e Sergipe. Na parte litorânea predominam coqueiros, vegetação rasteira e matas de restinga. Destaque para os manguezais que margeiam os rios do Sal, Cotinguiba e Sergipe.

6 ASSENTAMENTO MOACYR WANDERLEI

O Assentamento Moacyr Wanderley localiza-se no povoado Quissamã no município de Nossa Senhora do Socorro a 120 km da capital Aracaju. Para chegar ao local é necessário utilizar a BR 101 e se gasta aproximadamente 40 minutos. Este assentamento existe desde 1993 e é ocupado por 37 famílias com cerca de 180 assentados numa área de 355 hectares.

O surgimento deste assentamento foi semelhante aos outros, com ocupações, expulsões e conflitos. Em 05 de agosto de 1991 os sem-terra de diversas regiões do Estado de Sergipe ocuparam a área de uma fazenda da Embrapa. Eram 150 famílias que acamparam a área e, posteriormente, foram cadastradas 61 famílias e com a regularização da área pelo INCRA ficaram no local apenas 37 famílias que permanecem até hoje. Desistências ocorreram, mas as vagas comumente são ocupadas por filhos de assentados.

No período de ocupação a polícia interveio e houve o despejo com conflitos, mas sem violência propriamente dita. Em seguida as pessoas foram para frente do palácio do governo, na

época João Alves Filho era o governador, e lá permaneceram durante sete dias. Devido à pressão feita pelo movimento a polícia mandou-os de volta para a área da Embrapa, despejando-os novamente poucos dias depois. As famílias foram levadas para a área do exército e em seguida para a uma fazenda onde o próprio proprietário disponibilizou a área para acampamento.

Pouco tempo depois ocorreu uma nova ocupação na área da Embrapa, com invasão de casas que ali já existiam, construção de barracos de lona e ocupação de currais e prédios. Todo esse processo durou de 1991 a 1993.

Em 1993 o INCRA emitiu o título de posse da área, regularizando, comprando o local da Embrapa para esses assentados. Fizeram o loteamento coletivo, com a produção e os financiamentos também coletivos. O INCRA realizou a construção de cercas, pontes, um poço artesiano, casa de farinha, reforma do centro comunitário, granja, além da estrutura que já havia no local por conta da Embrapa. E assim os assentados ficaram trabalhando coletivamente.

Entre 1994 e 1995 houve uma separação dentro do assentamento. As pessoas estavam insatisfeitas e inconformadas como o assentamento estava sendo administrado. Havia na gerência pessoas incapazes para administrar o local, e os próprios assentados não entendiam a forma coletiva de se trabalhar. A partir disso o INCRA parte do coletivo para o individual, dividindo tudo o que tinha sido comprado. Assim cada família passou a produzir o que queria como e para quem queria.

O assentamento possui uma infra-estrutura precária para um desenvolvimento auto-sustentável. Apesar das realizações do INCRA no início da formação do assentamento as mesmas não tiveram continuidade em sua manutenção e também não formularam nenhum novo projeto desenvolvimento para a agricultura.

O assentamento agora conta com um posto de saúde em construção com verbas do município de Nossa Senhora do Socorro. Há no local um centro comunitário que funciona como

um centro de formação de nível técnico e superior (foto 1), onde são oferecidas aos alunos as refeições do dia (fotos 2). Para as crianças há a Escola Rural Governador Ernildes de Carvalho de ensino fundamental (foto 3).

Foi observado no assentamento que não existem ruas ou estradas asfaltadas, dificultando o acesso ao local e deslocamento dos habitantes (foto 4). Há energia elétrica, água encanada, currais, cercas, pontes e um poço artesiano. As casas construídas na formação do assentamento necessitam de reforma, pois algumas já não oferecem segurança às famílias.

Referente à produção agrícola, mediante as entrevistas realizadas, foi constatado que a agricultura familiar não é auto-suficiente, e que alguns assentados sobrevivem de pequenos comércios, que contribuem para complementar a renda familiar (foto 5).

No entanto no assentamento há cinco famílias, que em parceria com a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), fizeram um projeto de agricultura de hortaliças, onde a CONAB entrou com o projeto de irrigação (foto 6), o único existente no assentamento, e sementes, e as famílias com a mão-de-obra (foto 7). A produção é destinada para os mercados de Aracaju, onde há um intermediário que faz a realização do transporte. Essas famílias além de realizarem esse trabalho coletivo, a fim de ajudar na renda familiar, praticam a agricultura familiar de subsistência.

Os principais produtos cultivados no assentamento são o mamão (foto 8), hortaliças, milho, coco, batata doce, quiabo, mandioca (foto 9), feijão, macaxeira, e outros como acerola, cana-de-açúcar, caju, laranja, amendoim, tomate, banana, maracujá, pimentão e abacaxi, segundo os entrevistados, onde a produção é destinada as feiras livres e há a troca de produtos entre os assentados. Uma parte é comercializada no CECAC (Centro de Capacitação de Canudos) sendo distribuído para os acampamentos. Para os assentados não é disponibilizado qualquer tipo de ajuda técnica do INCRA para orientá-los a fim de obter uma maior e melhor qualidade e

quantidade na produção. Inexiste também qualquer tipo de mecanização. A prefeitura do município muito raramente cede um trator, porém não tem quem opere esse maquinário.

Também se faz no assentamento a criação de animais, dentre eles aves, suínos, gado leiteiro e de corte, ovelhas e piscicultura (foto 10), demonstrado que: “a implantação dos assentamentos tendeu a promover um rearranjo no processo produtivo nessas unidades, gerando diversificação da produção agrícola e introdução de novas atividades” (MEDEIROS, 2003, p. 87).

No entanto alguns assentados que criam animais, assim como os que se dedicam somente à agricultura, tem dificuldades para aumentar sua produtividade devido à falta de apoio técnico e de verbas, pois a maioria está em débito com os primeiros financiamentos feitos, sendo que apenas 1% dos assentados conseguiu pagar seus débitos, e o restante que não conseguiu liquidar as dívidas não pode adquirir um novo crédito rural perante os bancos. Um exemplo disso foi um criador de peixes que, sem orientação e sem o crédito rural acabou perdendo um dos seus viveiros tendo ainda mais prejuízo (foto 11).

Na prática da produção individual são poucos os assentados que conseguiram implantar de fato um cultivo que desse para sobreviver. Alguns conseguiram implementar pastagem de pisoteio. Do coletivo para o individual não conseguiram um resultado satisfatório.

Sobre a atuação do MST, no assentamento, foi constatado que as lideranças não conseguiram ainda organizar e aumentar a produção agrícola. Os assentados ficam esperando que as lideranças do MST traga a solução para os problemas ao invés de lutarem junto com o movimento para melhor organizar o assentamento. Segundo informações de assentados, não há comprometimento com o trabalho coletivo e desenvolvimento de projetos agrícolas para a melhoria do assentamento.

Nesse sentido, explica um assentado: “o camponês por excelência ele é auto-suficiente, individualista, mesmo que não produza, ele herdou os conceitos da forma artesanal de produção. Tendo a terra tá bom, ela é minha agora e faço o que quiser com ela. É assim que a maioria daqui pensa”.

A direção do assentamento é feita pelos próprios assentados. Existe a diretoria que de 2 em 2 anos monta 4 chapas, a disputa é feita entre 2 ou 3 delas e em seguida é feita a votação. Não é necessário nenhum critério como alfabetização, experiência em administração ou alguém que tenha contato direto com o INCRA ou com o município para o assentamento possa ter melhorias.

Cada família possui um lote que varia entre 8 a 13 tarefas, além da casa com um pequeno quintal. Os lotes para as plantações ficam distantes de onde moram.

De acordo ainda com a pesquisa de campo pode-se constatar que dos vinte entrevistados doze eram do sexo masculino que corresponde a 60% e oito eram do sexo feminino que corresponde a 40%. Em sua maioria encontra-se na faixa etária entre 40 a 59 anos que corresponde a 55% (tabela 01), são casados 40% (tabela 02) e possuem primeiro grau incompleto, 30% (tabela 03). O tamanho dos lotes que varia de 8 a 10 tarefas, 60% (tabela 04).

Também se evidenciou que apenas de 2 a 3 pessoas trabalham no lote, (tabela 05); e que 70% possuem além da agricultura outras atividades complementares como a piscicultura, para a complementação da renda familiar (tabela 06). Foi constatado que 60% dos assentados informaram que produção agrícola é insuficiente para o sustento da família (tabela 07). Ainda assim, 70% dos entrevistados preferem permanecer no assentamento uma vez que a posse da terra é resultado de anos de luta (tabela 08).

Assim, foi observado no assentamento Moacyr Wanderlei que a produção agrícola, não condiz com a realidade dos agricultores familiares. Foi verificado que a falta de técnicas

modernas prejudica os assentados que poderiam aumentar consideravelmente sua produção para ter maior renda nas lavouras e criações, e assim obter facilidade na obtenção e pagamento de financiamentos bancários, com isso o produtor poderia ter os elementos necessários a sua atividade.

7 CONSIDERAÇÕES

Desde o surgimento das sesmarias e das capitanias hereditárias que houve uma distribuição desigual de terras onde estas estavam nas mãos de uma minoria da população. Com a Lei de Terras, imensas áreas eram vendidas e só os grandes proprietários tinham os meios para consegui-las e com isso transformando essas áreas em grandes latifúndios que utilizavam à mão-de-obra escrava como uma renda capitalizada. Com o fim da escravidão a mão-de-obra foi substituída pela dos imigrantes que chegaram ao Brasil, massa de trabalhadores livres, começou a trabalhar nas grandes plantações. Tantos os imigrantes como os ex-escravos se tornaram trabalhadores apenas donos de sua força e despossuídos dos meios de produção o que acarretou em um modo de submissão as diversas formas de exploração.

Diante disso ocorreram vários conflitos de luta pela terra e por melhores condições de trabalho dando origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra o que forçou, a partir de então, aos sucessivos governos soluções voltada a questão agrária. Os assentamentos rurais surgem através das reivindicações dos movimentos do campo na cidade que envolve a concepção de como deve ser gerada a propriedade agrícola para os pequenos produtores rurais.

Nessa perspectiva verificou-se na pesquisa em campo, realizada no município de Nossa Senhora do Socorro-Se, no assentamento Moacyr Wanderlei, que a reforma agrária ainda não atende de maneira eficaz as necessidades dos trabalhadores rurais. Com uma agricultura rudimentar, falta de apoio técnico, financeiro, maquinário, entre outros, não possibilita uma agricultura auto-sustentável obrigando aos assentados procurar outras saídas como pequenos comércios e até mesmo o trabalho assalariado.

Pode-se constatar também, que para alguns, o importante é a posse da terra em si e não o comprometimento com o trabalho agrícola. Mesmo os que receberam lotes improdutivos ainda assim preferem permanecer na terra, pois a posse da mesma significa mais uma conquista do movimento de luta pela terra em prol da reforma agrária.

8 REFERÊNCIAS

BARRETTO, Nelson Ramos. **Reforma Agrária: o mito e a realidade**. 3. ed. São Paulo: Artpress, 2003.

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CIDADE, A. Disponível em: <[http:// www.socorrose.com.br](http://www.socorrose.com.br)>. Acesso em: 11 Out. 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A modernidade no campo e a luta dos sem terras. **Revista de Cultura e Vozes**, v. 90, n. 1, p. 65-78, 1996.

FERRANTE, Vera Lúcia S. Botta. Assentamentos rurais e agricultura regional: contrapontos e ambigüidades. **Contextualizar é preciso**. Internet: <<http://www.ufpe.br/~debarros/vferrante.html>>. Acesso em: 11 Out. 2008.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves; CRUZ, Maria Tereza Souza, coordenadoras. **Atlas escolar Sergipe: espaço geo-histórico e cultural**. João Pessoa, PB: Grafset, 2007.

GRAZIANO, Francisco. **A tragédia da Terra**. São Paulo: Iglu, 1991

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Projetos e Programas, 2006. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 07 Out. 2008.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. Um balanço da luta pela terra em Sergipe – 1985/2005. Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – UFS. Disponível em: <<http://www.scienciaplena.org.br>>. Acesso em: 11 Out. 2008.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária no Brasil: História e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1987.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia Científica**. São Paulo: Avercamp, 2006.

SILVA, Luciana Henrique da. Assentamentos Massangana III e Chico Mendes – PB: formulação de políticas públicas. **Revista Geonotas**, v. 5, n. 4, Out/Nov/Dez, 2001. Disponível em: <<http://www.dge.uen.br/geonotas/vol5-4/luciana.shtml>> Acesso em: 10 Out. 2008.

STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1998.

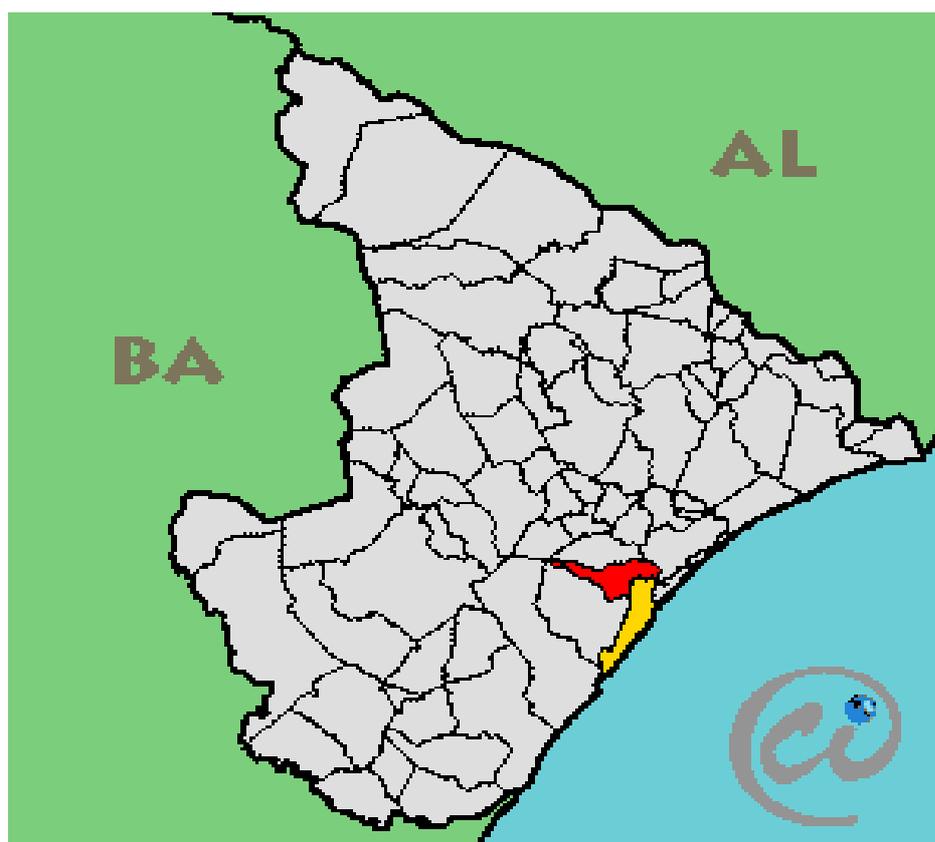
VEIGA, José Eli. **O que é a Reforma Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

9 ANEXOS

Figura 1: Sergipe - Microrregiões



Figura 2: Município de Nossa Senhora do Socorro – Sergipe



Fonte: www.cidades.com.br/imagens/se-47.gif

- Capital Aracaju
- Município de Nossa Senhora do Socorro

10 APÊNDICE

Tabela 01 - Faixa etária dos assentados

Idade	Número de Entrevistados	%
20 a 29	03	15
30 a 39	03	15
40 a 49	05	25
50 a 59	06	30
60 a 69	03	15
Total	20	100

Fonte: pesquisa de campo, 2008.

Tabela 02 – Estado Civil

Estado Civil	Número de Entrevistados	%
Solteiro	06	30
Casado	08	40
Divorciado	02	10
Outros	04	20
Total	20	100

Fonte: pesquisa de campo, 2008.

Tabela 03 – Nível de Escolaridade dos Entrevistados

Nível de Escolaridade	Número de Entrevistados	%
Primeiro grau incompleto	06	30
Primeiro grau completo	04	20
Segundo grau incompleto	-	-
Segundo grau completo	04	20
Nível superior incompleto	01	05
Nível superior completo	-	-
Não alfabetizado	05	25
Total	20	100

Fonte: pesquisa de campo, 2008.

Tabela 04 – Quantos tarefas possui a propriedade

Tarefas	Número de Entrevistados	%
4 a menos de 8	02	10
8 a menos de 10	12	60
10 a 13	06	30
Total	20	100

Fonte: pesquisa de campo, 2008.

Tabela 05 – Quantas pessoas trabalham no lote

Número de pessoas que trabalham no lote	Número de Entrevistados	%
1	03	15
2	05	25
3	09	45
4	01	05
5	02	10
Total	20	100

Fonte: pesquisa de campo, 2008.

Tabela 06 – Exerce outra atividade além da agricultura

Exerce outra atividade	Número de Entrevistados	%
Sim	14	70
Não	06	30
Total	20	100

Fonte: pesquisa de campo, 2008.

Tabela 07 – A produção agrícola sustenta a família

A produção agrícola sustenta a família	Número de Entrevistados	%
Sim	08	40
Não	12	60
Total	20	100

Fonte: pesquisa de campo, 2008.

Tabela 08 – A família já pensou em deixar o assentamento

A família já pensou em deixar o assentamento	Número de Entrevistados	%
Sim	06	30
Não	14	70
Total	20	100

Fonte: pesquisa de campo, 2008.

Foto 01: Centro Comunitário

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Foto 02: Cozinha do Centro Comunitário



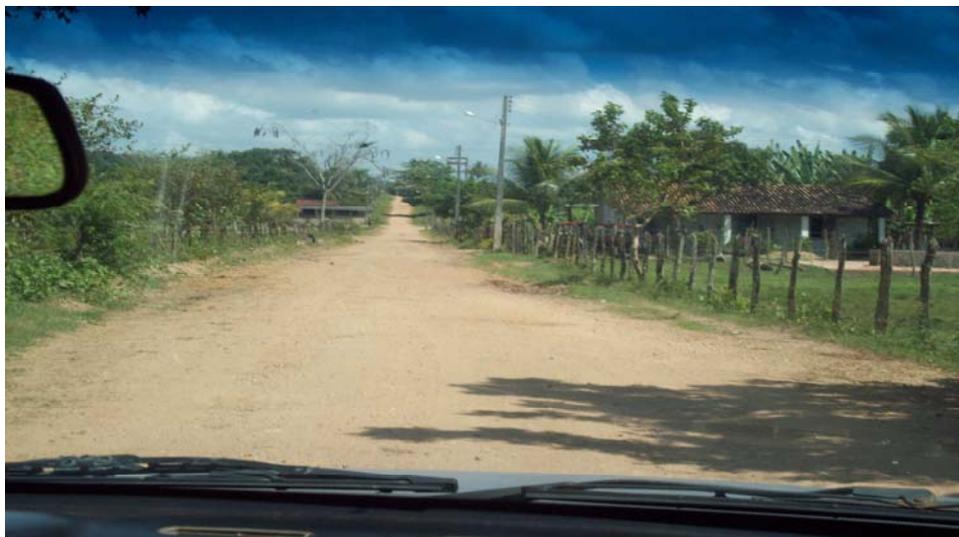
Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Foto 03: Escola Rural Governador Ernildes de Carvalho



Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Foto 04: Estrada de terra



Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Foto 05: Casa de assentado com comércio



Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Foto 06: Irrigação



Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Foto 07: Camponesas no trabalho coletivo



Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Foto 08: Plantação de mamão



Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Foto 09: Plantação de mandioca



Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Foto 10: Piscicultura



Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Foto 11: Viveiro que não deu certo

